



Bolsa: Pibic-CNPQ

A biopirataria face à CDB TGDA

Autores: Ana Paula Poletto, Dr. Clóvis Malinverni



INTRODUÇÃO / OBJETIVO

O trabalho tem como objetivo descrever e discutir o que os Tribunais Superiores entendem como biopirataria e quais são as principais penalidades aplicadas para inibir essa prática

MATERIAL E MÉTODOS

Utiliza-se o método de abordagem analítico, com intenção de alcançar percepções críticas a respeito dos conceitos de biopirataria e como eles são aplicados pelos tribunais. A técnica de pesquisa é bibliográfica e documental. As fontes primárias são os julgados do Superior Tribunal de Justiça e as fontes secundárias são a doutrina, a literatura jurídica e a legislação, especialmente a CDB.

RESULTADOS OU RESULTADOS ESPERADOS

Atualmente, a pesquisa já foi finalizada, e foi constatado que o termo biopirataria nos tribunais ainda é objeto de controvérsias sendo por diversas vezes enquadrado, erroneamente, como tráfico de animais e plantas silvestres. Outra constatação relevante foi a diminuição de processos no STJ tratando do tema desde a CPI da Biopirataria de 2013.

RESULTADOS OU RESULTADOS ESPERADOS

Então, a partir desse ponto a pesquisa ganha um novo foco: como a transição da medida provisória nº 2.186-16/2001 para a Lei 13.123/2015 redesenha o cenário jurídico no acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais. será discutida a transição da medida provisória nº 2.186- 16/2001 para a Lei 13.123/2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo enfoque é como a mudança da legislação afeta as decisões judiciais quanto o acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais e do que pode ser considerado biopirataria. A pesquisa, além da análise crítica e comparativa da legislação nacional com a antiga MP, visa averiguar qual a participação do judiciário na eficácia do sistema de repartição de benefícios e a correta aplicação da legislação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baptista Gonçalves, Antonio. Biopirataria e Biotecnologia: Análise Doutrinária e Legislativa. Imprensa: São Paulo, Lex, 2015.
BOSQUÊ, A. F. S. Biopirataria e Biotecnologia: a tutela penal da biodiversidade amazônica. Curitiba, Jarauá, 2012.